

A TEORIA DOS PAPÉIS TEMÁTICOS: REFERÊNCIA E CONCEPÇÃO DE MUNDO

THE THEORY OF THEMATIC ROLES: REFERENCE AND WORLD VIEW

Lorenzo Vitral | [Lattes](#) | lorenzovitral@gmail.com

UFMG

Resumo: Trata-se de uma discussão de natureza epistemológica acerca da natureza da teoria dos papéis temáticos tal qual foi desenvolvida a partir do modelo GB (Chomsky 1981). Constatando que (1) as análises, por meio da noção de papel temático, exibem divergências ou mesmo lacunas, quando comparadas ao que foi proposto por muitos dos autores que trabalham com essa noção; e que (2) a classificação de alguns papéis temáticos apresenta problemas difíceis de serem sanados, perguntamo-nos a que se devem as dificuldades de construir, de forma eficiente, um instrumento teórico descritivo com base na noção de papel temático. Nossa resposta situa essas dificuldades no fato de que a concepção dos papéis temáticos pressupõe uma visão do significado ou da referência de natureza realista, ou seja, o papel temático a ser atribuído a um sintagma deve corresponder ao que se supõe que, de fato, tenha ocorrido no mundo. Na nossa concepção, devemos decidir que papel temático atribuir a um sintagma levando em conta a maneira como concebemos cognitivamente o que ocorreu no mundo.

Palavras-chave: Papéis temáticos; Teoria da referência; Intensão e extensão; Intencionalidade.

Abstract: This paper deals with the nature of thematic roles theory, which was developed from the GB model (Chomsky 1981). Observing that: (1) the analysis based on thematic roles show discrepancies or gaps when compared; (2) the classification of some thematic roles presents difficult problems to be solved, we questioned why building an efficient descriptive theoretical instrument based on the concept of thematic roles is so difficult. Our answer to these difficulties lies on the fact that the lists of thematic roles presuppose a “realistic” vision of meaning, i.e., as a correspondence with the world. In our conception, we must assign the correct thematic role to an argument taking into account the manner as we cognitively conceive the facts occurring in the world.

Keywords: Thematic roles; Reference theory; Intension and extension; Intentionality.

1. Introdução

Este artigo desenvolve reflexão de natureza epistemológica sobre a teoria dos papéis temáticos tal qual proposta a partir de Gruber (1965) e Chomsky (1981), interrogando-nos a respeito de sua inserção em relação ao tema tradicional da dicotomia realismo/não realismo e das consequências teóricas e empíricas dessa inserção no que concerne à descrição das línguas por meio desse instrumento teórico.

Nossa motivação para este texto parte, como será mostrado, da constatação de certas dificuldades de padronização das listas dos papéis temáticos possíveis, isto é, observa-se certa variação nas listas de papéis temáticos de muitos dos autores que trabalham com essa teoria, e de identificação efetiva do papel temático em determinadas construções.

Encaminhamos um “diagnóstico” desses problemas tomando, como ponto de partida, a dicotomia entre a visão realista e a visão não realista (que pode assumir mais de uma versão: idealista, conceptualista ou instrumentalista (Chalmers, 1990)) acerca da natureza da própria noção de referência e, conseqüentemente, da natureza da referência dos construtos teóricos. Na visão realista clássica, supõe-se haver correspondência entre entidades tornadas discretas no interior da linguagem e entidades discretas do mundo, o que, no nosso modo de pensar, é a visão que se encontra subjacente à teoria temática, sendo fonte dos problemas que levantamos.

Um brevíssimo histórico da discussão sobre a noção de significação e sobre a dicotomia realismo/não realismo é apresentado na seção 2 com base nas contribuições de autores do Círculo de Viena, como Schlick (2009 [1918]) e Carnap (1936), e nas de alguns autores contemporâneos, como Quine (1980 [1951]) e van Fraassen (2007 [1980]).

Na seção 3, retomamos a motivação original da teoria temática a fim de, na seção 4, apontar e discutir certas dificuldades de aplicação da noção de papel temático. Não faremos um cotejo exaustivo de listas de papéis temáticos para extrair os problemas que apontamos; contentaremos-nos em pinçar análises pontuais de alguns autores, isto é, Saeed (2009), Ouhalla (1994), Raposo (1992), Foley e Van Valin (1984) e Radford (1988), o que será suficiente diante dos nossos objetivos. Essa discussão leva-nos, na seção 5, a propor, de forma compatível com Chomsky (2000), que a descrição do significado dos enunciados, de maneira a definir os papéis temáticos envolvidos, depende do exame da contribuição de outros módulos mentais associados à competência pragmática, ao conjunto de crenças e ao conhecimento de mundo, ou seja, os módulos que tomam parte do sistema conceptual/intencional nos termos de Chomsky (2005), afastando-nos, assim,

da concepção realista que é subjacente à teoria temática como normalmente compreendida. Nossas conclusões, que aparecem na seção 6, incluem o esclarecimento de que não visamos aqui ao desenvolvimento de uma proposta renovada, de forma completa, da teoria dos papéis temáticos, mas tão somente trazer algumas questões que podem, eventualmente, levar-nos a construir uma teoria com tal alcance teórico e empírico.

2. Sobre a noção de significação

Devido à amplitude do assunto, não há como recuperar, nem mesmo citar todas nem grande parte das contribuições essenciais sobre o tema do realismo/não realismo neste curto espaço, tendo em vista, igualmente, os nossos objetivos.

Partindo da contribuição de autores do Círculo de Viena, que, como se sabe, fornecem os fundamentos para a discussão em filosofia da ciência a partir do século passado, destaca-se a proposta de Schlick (2009 [1918]) que assume a perspectiva realista clássica ao conceber a relação entre conceitos e objetos como uma relação entre signos e o que eles designam; essa designação é operada por uma atribuição de uma correlação (*Zurordnung*) efetuada pelo pensamento.

Essa versão do realismo, também chamada de *correspondentista*, é discutida por outros empiristas lógicos que buscam, porém, uma formulação mais sofisticada do tema. O debate realiza-se por meio da caracterização da noção de verdade que, antes da clareza que se obteve posteriormente sobre o foco na linguagem, embaralhava-se com a noção de confirmação ou verificação. Na evolução dessa discussão, a realidade se mostra distinta da linguagem e os dois domínios devem assim ser cotejados.

Assim, para Carnap (2006 [1936]), a concepção, que faz da realidade uma entidade independente da linguagem, é um dos problemas fundamentais da filosofia. O autor equilibra-se entre a posição da necessidade do teste do cotejo com a realidade sem, no entanto, assumir a postura de que o conhecimento se sustenta com base na articulação linguística adequada. Sua reflexão, exposta de maneira sucinta em *Wahrheit und Bewährung* (Carnap, 2006 [1936]), tem como base a proposta de Tarski (2007 [1933]) acerca da noção de verdade.

Uma das consequências da visão carnapiana diz respeito ao fato de, ao defender a teoria de Tarski na comunidade ligada ao Círculo, Carnap anuncia o que se chamou de virada linguística ou semântica na filosofia, já prevista em Carnap (1934), mas que ganha consistência a partir de Carnap (2006 [1936]) (Bonnet; Wagner, 2006, p. 554; Coffa, 2001).

É essa visão que é aprimorada durante o século XX por autores, dentre outros, como Quine (1980 [1951]), que defendem uma visão não realista do conhecimento científico.

Esse autor toma por base a crítica sistemática à distinção entre juízos analíticos, ou verdades analíticas, fundamentadas exclusivamente na significação dos termos, e os juízos sintéticos cuja verdade depende do cotejo com a experiência, com os fatos do mundo. A distinção kantiana que, segundo Quine (1980 [1951]), é um dos dogmas do empirismo contemporâneo, não pode ser fundamentada e, por isso, deve ser abolida. Um dos seus objetivos é combater o consenso de que há enunciados cuja verdade é decidida exclusivamente pela significação dos seus termos, ou, dito de outra maneira, ele questiona a plausibilidade da existência de verdades lógicas. Ele propõe que o cotejo com a realidade não se dá por meio da correlação biunívoca entre um enunciado e um fato do mundo e, sim, que todo o conjunto de enunciados, por exemplo, de uma teoria científica, é chamado a participar do processo de verificação empírica, o que relança de maneira muito original o debate sobre a relação entre a linguagem e o mundo e sobre nossa própria concepção de acesso ao real.

Quine (1980 [1951]) recusa, assim, a visão correspondentista, tornando, de certa forma, improcedente a disputa sobre se uma entidade teórica específica é real ou não, mas mantém, de forma renovada, o apelo à comprovação empírica da totalidade de uma teoria.

O sucesso da perspectiva não correspondentista na filosofia da ciência não deixa, evidentemente, de colocar questões acerca de que tipo de teoria semântica queremos construir quando estamos a descrever e analisar o fenômeno da significação nas línguas naturais.

Na proposta de Moravcsik (1981), que fornece elementos para a construção de uma teoria da significação das línguas naturais, não podemos abrir mão da necessidade de considerar as intensões na identificação das extensões (Carnap, 1956), adiantando, ainda, que também consideramos propriedades não observáveis para distinguirmos entidades que supomos existirem no mundo. Por exemplo, um conjunto de sons que pronunciamos é observável e pode ser registrado, mas a compreensão que pode ser extraída desses sons não é diretamente observável. Exemplos desse tipo são bastante evidentes quando se consideram propriedades “ocultas” propostas para definir conceitos ou entidades científicas. Deve-se levar em conta igualmente o fato de que a despeito de não sabermos todas as propriedades de uma entidade, não temos dificuldade de identificá-la. Veja-se o exemplo da diferença entre os modos de movimento chamados de *andar* e *correr*: sabemos dis-

tingui-los, provavelmente, com base na observação da velocidade do movimento, embora não tenhamos consciência dos mecanismos físicos responsáveis por eles. A discussão leva Moravcsik (1981) a admitir que a capacidade de identificar extensões se utiliza de informações que vão além da nossa competência estritamente linguística.

Considerar que a capacidade de referir-se inclui e, ao mesmo tempo, transcende nossa competência linguística coloca em jogo duas propriedades da linguagem que passamos a considerar: o ato de referir-se depende (1) do conhecimento e da concepção de mundo dos falantes e (2) da intencionalidade dos falantes.

Em relação à segunda propriedade, é válido levar em conta a contribuição de Searle (2002), o qual defende que a noção de representação mental tem um conteúdo intencional, ou dito de outra maneira, o princípio básico da significação expõe que a capacidade referencial de todas as unidades linguísticas é derivada da intencionalidade intrínseca dos estados mentais.

No que se refere à primeira propriedade supracitada, deve-se partir da visão de Fodor (1975), responsável por estender à semântica a perspectiva internalista chomskiana. Segundo o autor, a significação que produzimos pode ser analisada como decorrência de um dispositivo natural que executa computações mentais. Nessa visão, entende-se referência como a relação entre símbolos desse dispositivo e classes de objetos elaboradas a partir de nossa experiência de mundo.

Chomsky (2000) participa dessa discussão, considerando as duas propriedades da linguagem que apontamos acima e associando-as a uma reflexão acerca da possibilidade ou não de a teoria da referência poder ser objeto da pesquisa naturalística. Para ele, assim, não há como a intencionalidade poder ser objeto científico definido pelo que ele chama de materialismo metodológico.

Apesar de se distinguirem a respeito de posturas teóricas essenciais, há pontos em comum, a respeito desse tema, entre a visão chomskiana e o trabalho de Jackendoff (1990) que se coloca, como se sabe, a favor da visão internalista, segundo a qual, independentemente da natureza da realidade, só podemos ter acesso a ela por meio de nossos estados mentais, que nos permitem elaborar ou construir representações mentais dos eventos do mundo. A questão de definir a natureza exata da noção de “representação mental” é complexa (Pylyshyn, 1988), mas Jackendoff (1990) propõe definir a mente como um espaço combinatório de possíveis estados que se manifestam ou se configuram no cérebro; uma representação mental particular R é assim uma alocação ou uma configuração específica dentre o conjunto total de possibilidades configuracionais. O autor parece-nos,

assim, de forma compatível com a reflexão em filosofia da ciência que resumimos acima, distanciar-se da visão da semântica baseada na concepção de condições de verdade como correspondência entre linguagem e mundo. As perguntas que podem servir de guia na análise semântica devem assim dizer a respeito de como uma palavra capta uma concepção mental ou que construção abstrata do mundo ela evoca.

O breve resumo deixa claros alguns dos principais pontos acerca da concepção da noção de significação na teoria linguística e na filosofia da linguagem contemporâneas. Distanciamos assim da posição realista, a qual concebe a nomeação bem sucedida como uma adequação estreita entre palavra e coisa e avançamos na direção de considerar como correta a visão segundo a qual a intencionalidade, aliada às representações mentais resultantes das concepções abstratas dos falantes sobre as entidades e eventos do mundo, define o enquadramento do ato de referir. Detalharemos ainda mais alguns aspectos dessa visão acerca do significado na seção 5.

Vejamos, na próxima seção, um resumo de algumas das concepções da teoria dos papéis temáticos e, em seguida, como situar essa teoria, tendo em vista o que acabamos de resumir sobre a teoria da significação.

3. A teoria dos papéis temáticos

Como se sabe, a noção de relações temáticas foi proposta por Gruber (1965) e tem sido discutida desde então sob rótulos diferentes: casos semânticos (Fillmore, 1968); papéis semânticos (Givón, 1990); e papéis temáticos (Chomsky, 1981; Dowty, 1986; 1991; Jackendoff, 1990)¹.

Foi elaborada inicialmente para dar conta de certos problemas de *controle*, ou seja, a respeito das possibilidades de correferência do pronominal nulo *PRO*, conforme aparecem em orações como as seguintes (Jackendoff, 1987, p. 369):

- (1) a. John_i gave Sue_r orders PRO_r to leave.
- b. John_i got from Sue_r orders PRO_i to leave.
- (2) a. John_i gave Sue_r a promise PRO_i to leave.
- b. John_i got from Sue_r a promise PRO_r to leave².

¹ Como é também amplamente conhecido, as noções semânticas de agente e paciente têm sua origem na contribuição tradicional que, no entanto, nunca logrou ampliar, de forma explícita, o leque dos papéis temáticos.

² (1) a. John deu a Sue ordem para partir.
 b. John obteve de Sue ordem para partir.
(2) a. John fez a Sue a promessa de partir.
 b. John obteve de Sue a promessa de partir.

Como a ordem linear é a mesma, o antecedente de PRO (indicado pelos índices referenciais) não é determinado por condição sintática. Entretanto, as orações se diferem se leva-se em conta a interpretação do sujeito dos verbos envolvidos, isto é, de acordo os papéis temáticos nomeados de *fonte* (*source*) e *meta* (*goal*).

A relevância sintática dos papéis temáticos, em casos como (1) e (2) é, seguramente, uma das razões do destaque dado a essa noção por Chomsky no modelo *Government and Binding* (GB) (Chomsky, 1981). Diferentemente do que se passa nos modelos anteriores – a noção não aparece no modelo Padrão e apenas marginalmente no modelo Padrão Estendido – os papéis temáticos, que expressam relações semânticas entre predicados e argumentos, passam a ser concebidos, no modelo GB, como primitivos sintáticos. Para Chomsky (1981), por outro lado, não importam tanto os conteúdos específicos dos papéis temáticos, isto é, quais são e quantos existem, e sim se as posições sintáticas previstas, estruturalmente, são posições nas quais um papel temático qualquer é atribuído por um predicado. Ora, o fato de uma posição ser ou não ser temática é decisivo para a aplicação de processos sintáticos como a operação de movimento de constituintes.

Independentemente da discussão da relevância ou não relevância sintática dos papéis temáticos, a tentação é grande de elaborarmos a lista dos papéis temáticos possíveis e, com isso, obtermos uma ferramenta teórica, bastante sedutora, que nos permitiria descrever a totalidade dos modos de participação nos eventos das entidades que funcionam como argumentos de predicados³.

Não faltam assim, a depender do autor, propostas de listas de papéis temáticos. Com exceção de alguns casos, nos quais há concordância acerca de qual papel temático é atribuído a um argumento, muitas das análises propostas, como constataremos a partir da discussão de algumas das propostas de análise, exibem divergências ou mesmo lacunas quando são comparadas; além disso, como veremos logo a seguir, a classificação de alguns papéis temáticos apresenta problemas difíceis de serem sanados.

A pergunta que se pode colocar, então, é a que se devem as dificuldades de construir, de forma eficiente, o instrumento teórico descritivo almejado com base na noção que nos ocupa. A resposta que desenvolveremos situa essas dificuldades no fato de que, normalmente, as listas de papéis temáticos pressupõem a concepção realista/correspondentista acerca do significado, ou seja, tudo se passa como se os papéis temáticos deves-

³ Há autores, ainda, que desenvolvem uma abordagem explicativa dos papéis temáticos, como a de Cançado (2002), buscando estabelecer propriedades fundamentais acarretadas na relação entre o predicador e seus argumentos. Essa abordagem assemelha-se à de Dowty (1991) que comentamos adiante.

sem representar propriedades “reais” definidoras do modo de participação dos argumentos nos eventos determinados pelos predicados.

Como desenvolveremos na seção 5, as dificuldades apontadas podem ser encaradas com outro olhar, se a teoria dos papéis temáticos for fundamentada na visão, segundo a qual, a significação deve ser baseada na intencionalidade aliada às representações mentais resultantes das concepções abstratas dos falantes sobre as entidades e eventos do mundo.

4. Problemas e divergências das listas de papéis temáticos

Como se sabe, os papéis de *agente* e *paciente*, já reconhecidos pela tradição gramatical, são essenciais em qualquer lista de papéis temáticos. O primeiro, definido normalmente como “o iniciador da ação e capaz de agir com intenção”, e o segundo, como “a entidade que recebeu o efeito de uma ação, tendo com isso sofrido mudança de estado”. Em orações como a seguinte, os dois papéis são instanciados de forma exemplar:

(3) *João matou o rato.*

Os problemas começam quando tentamos estabelecer, em eventos de outra natureza, os papéis temáticos implicados. Observe-se o exemplo seguinte:

(4) *João amava Maria.*

Em (4), considera-se normalmente que *João* não é um *agente* e sim *experienciador*, ou seja, não se trataria de um evento que depende de intenção e de uma ação concreta como no exemplo (3)⁴; colabora para essa atribuição tratar-se de um verbo de sentimento. *Maria*, por sua vez, não seria *paciente*, mas *tema*, considerando que *ela* não muda de estado. Esse tipo de análise parece adequado quando consideramos (4) num uso que chamaremos de neutro, isto é, nesse caso, admitimos que apenas o verbo, fora de qualquer contexto de uso, determina exclusivamente o papel temático, o que, aliás, é a visão ortodoxa assumida no modelo GB. No entanto, essa análise pode se beneficiar da dúvida se contextualizarmos o enunciado de acordo com o que se segue: *Maria* será *tema* apenas se *ela* não se sabe amada por *João*; no entanto, se *ela* o souber, podemos nos perguntar se *Maria* de fato não mudaria de estado, do ponto de vista psíquico, se se sentir amada por *João*, o que a transformaria, além de *tema*, em *paciente*; cabe também refletir, caso *João* seja

⁴ Há, ainda, diferenças entre as duas construções que justificam a atribuição de papéis temáticos distintos. Por exemplo, pode-se dizer: *o que João fez foi matar o rato*, mas não *o que João fez foi amar Maria*.

correspondido, se não seria oportuno dizer que também *Maria* reúne condições para ser interpretada como *experienciador*. *Maria* talvez seja *tema* apenas no uso mais neutro do enunciado; o apelo aos contextos de uso que imaginamos, encaixando a oração num ambiente conceptual mais amplo, pode nos levar a refletir se é legítimo levarmos em conta outras possibilidades de descrição semântica do enunciado que fuja da determinação do papel temático exclusivamente pelo significado do verbo ou do predicado. Nessa reflexão, teremos de decidir que conteúdos são efetivamente representados de forma linguística, ou seja, como propõe Perini (2015), é possível que diferenças de interpretação, como as que apontamos em relação a (4), não estejam codificadas na língua. Será preciso explicitar, assim, o que se deve entender por “codificado na língua”. Trata-se de se perguntar, como discutiremos, se apenas conteúdos que têm incidência na sintaxe ou se conteúdos que “pairam” sobre os enunciados, no sentido de inferidos destes e representados em outros módulos mentais, devem também ser considerados na definição dos papéis temáticos.

As dúvidas que levantamos podem, por outro lado, ser desconsideradas, como detalharemos a seguir, se tomarmos o papel temático, de acordo com Chomsky (1981), como uma propriedade sintática, implicando assim uma classificação dos papéis temáticos decidida no âmbito exclusivo dos verbos ou dos predicados. Se almejarmos, no entanto, tornar a noção de papel temático um instrumento da teoria semântica, com vistas à descrição do significado dos enunciados em suas possibilidades de uso, parece-nos benéfico e legítimo ampliar a aplicação dessa noção.

Podemos questionar assim, dando sequência à nossa reflexão, se, ao nos distanciarmos da ação prototípica, ilustrada por (3), é válido atribuir o mesmo papel temático de *agente* quando utilizamos verbos de conhecimento, como *pensar* – já que o ato de pensar é involuntário, ou seja, é algo que ocorre em nós –, ou causativos, como *deixar*, em enunciados como os seguintes:

- (5) a. *João* pensa muito na vida.
- b. *Pedro* deixou suas filhas irem ao baile.

Temos, dessa forma, dificuldades em assumir que *João*, em (5a), é um *agente* assim como quando ele executa uma ação concreta descrita por verbos como *matar* ou *vender*. Da mesma maneira, a permissão de *Pedro*, em (5b), pode ter sido percebida apenas com um meneio de cabeça ou mesmo por seu silêncio. Tratar-se-ia de ações da mesma natu-

reza suficientes para considerarmos a atribuição de *agente*? Ou bastaria continuar a tratar o papel temático em (5) como sendo *agente* e completariamos a descrição semântica das orações ampliando as possibilidades interpretativas mencionadas? Em outras palavras, como tratar a prerrogativa da intenção ou da volição? A identificação da intencionalidade depende exclusivamente de um comportamento detectável pelos sentidos ou é legítimo inferi-la mesmo não sendo observável?

As dificuldades de compreendermos o papel temático do sujeito aparecem ainda em outras ocorrências. Alguns autores propõem que o termo *agente* é um subcaso de um papel temático mais geral nomeado de *ator* (*actor*) que “(...) expresses the participant which performs, effects, instigates or controls the situation denoted by the predicate”⁵ (Foley; Van Valin, 1984, p. 29). Assim, todo agente é um *ator*, mas nem todo *ator* é um *agente*. No exemplo a seguir, *the car* é analisado como uma ocorrência do papel temático *ator*:

(6) *The car* ran over the hedgehog⁶. (Saeed, 2009, p. 155)

The car, em (6), talvez possa ainda ser categorizado com o papel temático de *instrumento* já que alguém, intencionalmente ou não, utilizou-se do carro para o referido atropelamento. Como se vê, dúvidas como as que levantamos são, provavelmente, mais comuns do que se pensa normalmente.

Tomemos agora o papel de *causador* ou *causa*, que é empregado para se referir a casos como o seguinte, que envolvem fenômenos da natureza:

(7) *O vento* abriu a porteira.

Considera-se, normalmente, que não seria adequado atribuir a *o vento* o papel de *agente*, já que se trata de uma entidade inanimada que não dispõe de intenção. Saeed (2009, p. 156), por outro lado, admite que podemos lançar mão de um papel temático nomeado de *força* (*force*) para descrever eventos como (7), o que aponta para alguma variedade de análise a depender do autor.

Continuemos, assim, nessa direção, retornando agora ao papel temático *tema*. Parece-nos, muitas vezes, que este papel, por implicar certa “neutralidade”, no sentido de que não afeta, de forma evidente, o estado do constituinte que o recebe, teria a função

⁵ “(...) expressa o participante que desempenha, afeta, instiga ou controla a situação denotada pelo predicado”. (tradução nossa).

⁶ (6) O carro atropelou o ouriço. (tradução nossa).

de “curinga”⁷, sendo convocado para designar papéis que são difíceis de ser classificados ou para os quais não sabemos claramente se trata-se do papel *paciente*. Considerem-se os exemplos:

- (8) a. Bill gave *the book* [tema] to John. (Ouhalla, 1994, p. 128)
- b. John opened *the door* [paciente/tema] with the key. (Ouhalla, 1994, p. 128)
- c. *The book* [tema] is in the library. (Saeed, 2009, p. 153)⁸
- d. Pedro colocou *o livro* [tema] na estante.

Classificado, por Ouhalla (1994), como *tema* em (8a), parece realmente inadequado dizer que *the book* mudou de estado na medida em que muda de mãos ou de possuidor, o que autorizaria classificá-lo como *paciente*. A maior parte dos leitores deve concordar com essa análise, pensando que *mudança de estado* deve implicar algum tipo de modificação de forma mais concreta ou explícita de um ser ou de uma “coisa”, o que não parece ser o caso em (8a) em que ocorre apenas a mudança de possuidor do livro, não afetando o estado do próprio objeto. Mas, no caso de (8d), cujo objeto direto é analisado normalmente como *tema*, talvez a atribuição de *paciente* não seja de todo indevida. Ora, mudança de lugar, como em *João estava no quarto e agora está na sala*, que são eventos de estado, descreve a mudança de estado, referente à localização, de *João*⁹.

No caso de (8b), como se vê, há uma indecisão do autor em relação a que papel atribuir a *the door*, ou seja, teria ou não mudado de estado? Essa indecisão não é exclusiva de Ouhalla (1994), mas também de Radford (1988) que trata *paciente* e *tema* como nomes diferentes para o mesmo papel. Por outro lado, a oração em (8c) é a proposição clássica com verbo *ser* e o fato de o sujeito ganhar o papel de *tema*, de acordo com a proposta de Saeed (2009), nos faz também refletir: *tema* parece, nesse caso, traduzir a noção de sujeito tradicional no sentido de “termo sobre o qual se diz algo ou se predica algo”. Se assim é, não parece adequado equiparar *tema* em (8c) e em (8a,b,d).

Tomemos, a seguir, o papel temático conhecido por *beneficiário*, atribuído a argumentos como no seguinte caso:

⁷ É interessante observar que é esse o papel – tema – que nomeia a teoria.

⁸ (8) a. Bill deu o livro a John.

b. John abriu a porta com a chave.

c. O livro está na biblioteca. (tradução nossa).

⁹ Apontam-se, na literatura, as semelhanças em eventos descritos como mudança de estado e como mudança de localização: os verbos que os indicam selecionam o mesmo auxiliar (normalmente, o equivalente de *ser* em muitas línguas) e são verbos télicos (Sorace, 2000).

(9) They baked *me* [beneficiário] a cake¹⁰. (Saeed, 2009, p. 154)

Esse papel temático, e sua contraparte, o *malefactivo* ou *maleficiário*, que aparece em algumas listas (Raposo, 1992), introduzem, na verdade, um juízo de valor a respeito do que é desejável ou não desejável para as pessoas em geral. De novo, se ampliarmos um pouco o contexto do enunciado, além da determinação exclusiva do significado do verbo, as dúvidas aparecem: imaginemos, por exemplo, que a pessoa que recebeu a torta em (9) estivesse de dieta devido à saúde comprometida; ora, nesse caso, não se pode dizer que ela seria o *beneficiário* da ação; a não ser que entendamos o termo *beneficiário* como a quem algo é dirigido, o que implicaria conceber o papel temático e sua nomeação de outra maneira. O papel *malefactivo*, como proposto em Raposo (1992, p. 283), também sofre com a possibilidade de interpretação oposta ao que é esperado. Esse papel é ilustrado pelo seguinte exemplo:

(10) O professor castigou o aluno sem razão. (Raposo, 1992, p. 283)

Ora, é o modificador “sem razão” que, à primeira vista, nos permite interpretar a ação como maléfica para o aluno, o que indica que a definição do papel temático se define com a contribuição de outros constituintes; a ação não seria maléfica, por outro lado, se o castigo for justificado no sentido, por exemplo, de ter permitido o amadurecimento ou aceitação de limites por parte do aluno. Em resumo, não parece seguro utilizarmos rótulos de papéis temáticos com base em juízo de valor acerca do que é benéfico ou maléfico para as pessoas.

Independentemente de como avaliamos o que é negativo ou positivo para alguém, o fato é que foi preciso, na análise de Raposo (1992), lançar mão de conhecimento e concepção de mundo para deixar claro o conteúdo do papel temático, o que mostra, como estamos a argumentar, que, ao utilizarmos essa noção como instrumento descritivo, a questão se coloca de saber se, de fato, a determinação do tipo do papel temático deve ser decidida exclusivamente no nível dos itens léxicos, como é proposto no modelo GB.

Outros exemplos ainda parecem sugerir que os argumentos podem dispor, como vimos em relação a (8b), de mais de um papel temático. Considerem-se, por exemplo, os seguintes enunciados de Saeed (2009, p. 156):

¹⁰ (9) Eles assaram um bolo para mim. (tradução nossa).

(11) a. Fergus carried the boat *to the lighthouse*.

b. Sylvie bought *him* a sports car.

c. *Margarita* received a gift of flowers¹¹.

Segundo Saeed (2009, p. 156), *to the lighthouse* é claramente *meta*, *him* é *beneficiário*, mas *Margarita* seria *meta/recipiente* ou *beneficiário*. Da mesma maneira, segundo o autor, ambos os papéis *agente* e *paciente* parecem poder ser atribuídos a *Mr Wheeler* a seguir:

(12) *Mr Wheeler* jumped off the cliff¹².

A duplicidade de papéis para um argumento é indesejável se a concepção adotada é de considerar que um item léxico, ou um conjunto deles, sempre o determina de maneira inequívoca em todos os empregos do item. Além disso, coloca em dúvida a premissa da teoria temática, pelo menos na sua versão no modelo GB, que advoga a correlação biunívoca entre papéis temáticos e argumentos.

Parece haver ainda certa hierarquização ao atribuímos um papel temático a um argumento. Vamos analisar os seguintes enunciados:

(13) a. *Esse livro* é muito bom.

b. Eu visitei *Sabará*.

c. *Sabará* é a capital da jabuticaba.

Na oração (13a), como vimos em relação a (8c), é comum considerar, por tratar-se de um enunciado com verbo *ser*, que o papel temático de *esse livro* é *tema*, enquanto, em (13b), o papel atribuído a *Sabará* é o de *locativo*. Ora, a pergunta se coloca de qual papel atribuir ao sujeito *Sabará* em (13c) que é, em princípio, definido pelo predicado *capital da jabuticaba*: se interpretássemos este constituinte como *tema*, estaríamos considerando certa superioridade hierárquica em relação ao papel de *locativo*, o que seria determinado pela natureza da proposição com verbos cópula, isto é, mesmo se o sujeito de um verbo cópula puder receber outro conteúdo, seu papel temático será sempre *tema*; sua manutenção como *locativo*, por outro lado, anularia a diferença entre proposições como (13c)

¹¹ (11) a. Fergus transportou o barco para o farol.

b. Sylvie comprou para ele um carro esporte.

c. Margarita recebeu um presente de flores. (tradução nossa).

¹² Uma tradução possível de (12) seria: *Mr Wheeler saltou do penhasco*. Em inglês, por meio de *phrasal verb*, a construção passa a dispor de valor reflexivo.

e (13b). Enfim, há sempre a opção de levarmos em conta ambos os papéis, o que reenvia ao problema já comentado.

Há ainda questões que podem ser levantadas em relação a casos como os seguintes:

- (14) a. *O cenário econômico* atrai o marketing das empresas.
- b. *A tradição judaica* conhece profundamente o significado da palavra “pai”.
- c. *A filosofia da linguagem* evita compreender a linguagem a partir do contexto sócio-histórico.

A dúvida é a respeito do papel temático dos sujeitos dos enunciados em (14). Trata-se de eventos que implicam ações, mas os sujeitos não são seres, e sim entidades abstratas, o que não parece poder ser tratado como uma ocorrência de silepse (σύλληψις), admitida desde a gramática grega, embora possam ter em comum o fato de haver “conteúdos” não explicitamente manifestos que participam da compreensão dos enunciados. Não é razoável, assim, dizer, à primeira vista, que se deve atribuir o papel temático de *agente* para entidades abstratas: *o cenário econômico*, por exemplo, é uma entidade composta de um conjunto não totalmente explícito de contribuições e variáveis de todo tipo.

Poder-se-ia considerar, por outro lado, que, subjacente ao *cenário econômico*, à *tradição judaica* e à *filosofia da linguagem*, existem ou existiram pessoas atuantes que, de forma conjunta, exercem, ou exerceram, determinadas atividades, o que nos permite extrair ou conceber as entidades abstratas que funcionam como sujeitos em (14). Diante dessa descrição, talvez pudéssemos sustentar a atribuição do papel de *agente* (ou de *ator*) como a mais adequada. Note-se, no entanto, que essa análise depende, como em outros casos comentados acima, de uma contextualização conceptual mais ampla do enunciado que leva em conta nosso conhecimento de mundo.

Apontados alguns dos problemas em relação à atribuição de alguns dos papéis temáticos, vejamos, a seguir, de que maneira podemos situá-los em relação ao conjunto da teoria semântica.

5. Papéis temáticos e concepção de mundo

A teoria temática, estabelecida no âmbito da linguística contemporânea, é, como se sabe, devedora da visão chomskiana sobre a linguagem. No entanto, apesar de admitirmos que os papéis temáticos podem ser analisados como conteúdos representados mentalmente, a teoria dos papéis temáticos, na sua formulação padrão, parece considerar que

o papel atribuído deve ser fiel aos eventos à maneira da visão realista sobre o significado que comentamos na seção 2. Parece-nos, assim, que a teoria temática filia-se antes a uma concepção da significação como correspondência na qual, por meio das intensões, representamos propriedades “reais” dos referentes. Assim, o papel temático *agente*, por exemplo, é visto como um rótulo que corresponde, de fato, a como o *ser*, realizado por meio de um sintagma nominal, participou do evento, isto é, ele de fato praticou uma ação, que, canonicamente, se reporta a uma intervenção concreta no mundo e à qual é aplicável a prerrogativa da intenção ou volição.

Nesse sentido, a discussão em torno da adequação ou não de determinado papel temático se aplicar a um determinado caso deve-se à dificuldade de estabelecer se de fato há uma descrição verdadeira do que se passou no evento. Dito de outra maneira, as dificuldades de classificação de papel temático, que apontamos na seção 4, podem assim ser debitadas à nossa dificuldade de justificar se seria o papel temático α ou o papel temático β , ou ainda os dois, que corresponde ao que de fato “se passou” na realidade.

Assim, a teoria temática se estabelece por meio de duas propriedades: os papéis temáticos são conteúdos representados mentalmente à maneira cognitivista, mas devem ser rótulos adequados para descrever, *de fato*, como se passou a contribuição dos “seres” ou “coisas” que funcionam como argumentos nas construções que representam os eventos do mundo.

A segunda propriedade, que acabamos de destacar, é favorecida pela alocação da determinação dos papéis temáticos na medida em que são os núcleos lexicais que, em princípio, os determinam. Essa é a proposta de Chomsky (1981, p. 35) para quem um núcleo lexical atribui um papel temático a uma posição temática a qual é “(...) *a position satisfying the subcategorization features of the lexical head* (...)” (Chomsky, 1981, p. 35)¹³. A informação é, portanto, idiossincrática e deve ser especificada para cada item léxico que a detém de forma inerente. Assim, o verbo *amar*, por exemplo, atribui inerentemente o papel temático *experenciador* à posição sujeito e as nuances de interpretação eventuais, que poderíamos elencar, não são propriedades codificadas exclusivamente nos itens léxicos e, como tal, não seriam de interesse da teoria temática como concebida no modelo GB.

Outra possibilidade, no que se refere à determinação do papel temático, é pensar, como foi por nós sugerido, que a atribuição do papel temático merece contar com uma descrição detalhada do contexto conceptual implicado no uso dos itens léxicos.

A escolha por uma dessas perspectivas depende, é claro, da função que se quer atribuir à noção de papel temático no interior de um quadro teórico e, mais exatamente, que tipo de teoria semântica se quer construir.

¹³ “(...) a posição que satisfaz os traços de subcategorização do núcleo lexical (...)”. (tradução nossa).

Vejam, a seguir, que razões podemos ainda apontar para afirmar que a teoria temática pode se beneficiar da consideração da descrição do contexto conceptual mais amplo envolvido no uso dos itens léxicos.

Como o próprio Chomsky (1981) o admite, existem casos em que o papel temático é definido não por um único item lexical, mas por todo o predicado. Trata-se dos célebres exemplos com o verbo *quebrar* adaptados a seguir para o português:

(15) a. *João* quebrou a janela.

b. *João* quebrou o braço.

Como se sabe, em (15a), o papel de *João* é o de *agente*, mas em (15b), considerando todo o predicado, o papel do sujeito é o de *paciente*. Chomsky (1981, p. 104) admite assim que, em casos como esse, o papel temático é definido composicionalmente pelo verbo e seu objeto. Ora, não se pode dizer, por conseguinte, que o papel temático é definido, exclusivamente, como uma propriedade idiossincrática de cada item léxico. Para representar essa informação, precisamos ir além do léxico e levar em conta um sistema mais complexo de regras semânticas que associam, composicionalmente, as contribuições interpretativas dos itens dos predicados tomados de forma conjunta (Ravin, 1990). Regras desse tipo deveriam, assim, ser consideradas como fazendo parte de um componente da língua-I “mais alto” que pode ser o sistema da forma lógica que faz interface com módulos mentais que representam e processam nosso conhecimento de mundo, nosso conjunto de crenças e nossa competência pragmática.

Além disso, mesmo se tomarmos o item léxico como base, as nuances de sua significação também apontam para a dificuldade de homogeneização de rotulação do papel temático, o que nos leva também à necessidade de considerar propriedades de significado mais amplas. Por exemplo, Dixon (1991, p. 102-103) discute o grau de “afetação” (“affectedness”) implicado pelo verbo, o que lança dúvidas sobre como devemos considerar a definição do papel de *paciente*, que é, como vimos, “a entidade afetada pela ação do verbo”. Vejam-se os exemplos:

(16) a. João tocou a lâmpada com seu polegar.

b. O jogador passou giz no taco.

c. Pedro estrangulou o pato de borracha com suas mãozinhas.

d. Ana esmagou o cubo de gelo com seu salto.

Em (16a), o contato é mínimo e não afeta, em princípio, o objeto; já em (16b), apenas a superfície do objeto é afetada; a forma do objeto é afetada temporariamente em (16c); e perde sua integridade física em (16d). Supondo, é claro, que há interesse da teoria semântica em distinguir casos como (16), esses exemplos comprovam que apenas a rotulação de um papel temático não é suficiente para descrever, de forma completa, o modo de participação dos argumentos nos eventos.

Há, ainda, ocorrências para as quais parece difícil definir o papel temático considerando apenas o significado do núcleo lexical. Observem-se os exemplos abaixo, de *picture nouns*, em que, para definir o papel temático dos itens em itálico, precisamos considerar a contribuição semântica que está além dos núcleos dos sintagmas:

- (17) a. O quadro de *João* foi vendido por uma fortuna.
- b. O quadro da *irmã de Wittgenstein* (pintado por Klimt) foi vendido por uma fortuna.
- c. O quadro de *Klimt* foi vendido por uma fortuna.

Na oração (17a), não sabemos o papel temático de *João*: ele pode ser o *possuidor*, o *tema*, como é o caso da *irmã de Wittgenstein* em (17b), ou o *agente/autor*, como *Klimt* em (17c). Ora, a definição do papel temático correto só foi possível, como nos casos de (17b) e (17c), quando lançamos mão de nosso conhecimento de mundo, ou seja, parece insuficiente, basearmos a definição do papel temático exclusivamente no significado inerente de um item léxico como é o caso de (17a).

Uma maneira de articular a perspectiva acerca dos papéis temáticos que queremos com o que vimos anteriormente, em relação ao enquadramento da teoria semântica, é eliminar o apelo ao realismo do papel temático e admitir que o papel temático é um rótulo que aponta para a concepção que queremos considerar em relação aos modos de participação dos argumentos nos eventos.

A fim de implementar essa visão dos fatos, parece-nos necessário afirmar que o papel temático não é definido unicamente por propriedades inerentes do item léxico, mas sim que a contribuição do item léxico deve ser apreciada juntamente com o contexto conceptual mais amplo de seu emprego numa proposição. Essa visão é mais adequada levando-se em conta o que vimos a respeito da discussão sobre a noção de significado, desenvolvida na seção 2, e é mais favorável à eliminação da concepção realista do papel temático, por meio da perspectiva correspondentista, que lhe é subjacente.

Admitindo, assim, que há interesse em ir além das propriedades inerentes dos itens léxicos, vejamos ainda mais detalhes de como encaixar essa proposta no já apontado campo da teoria semântica e filosofia da linguagem contemporâneas.

A eliminação da concepção realista pode se justificar ainda se considerarmos a definição do constituinte que pode receber papel temático. De acordo com Chomsky (1981, p. 35), “*we understand NP arguments to be NPs with some sort of ‘referencial function’*”¹⁴. A definição do que quer dizer dispor de função referencial não é desenvolvida no modelo GB: considera-se tão somente que ser referencial diz respeito à menção a um domínio D de indivíduos associados a argumentos na forma lógica e que, nesse componente, argumentos são emparelhados com entidades representadas mentalmente, que participam da interpretação semântica “real” (Chomsky, 1981, p. 324)¹⁵.

Chomsky, no entanto, volta à questão do que é referencial em textos posteriores e desenvolve um pouco mais a proposta que acabamos de comentar (Chomsky, 1995; 2000). Na sua crítica mais severa à semântica das condições de verdade, entendida por ele como correspondentista, sustenta que não há uma conexão direta entre a atribuição de falsidade ou de verdade e aquilo que é denotado, ou seja, essas noções são termos técnicos que não podem ser identificados com a correspondência entre entidades da língua e entidades do mundo. Assim, a relação entre os signos e as coisas se dá por meio de representações mentais que são constituintes partícipes de computação; essas representações não são exatamente uma cópia da coisa representada.

Na verdade, o ato de referir-se é pragmático, isto é, nada impede de usarmos um signo para designar entidades de acordo com a nossa intencionalidade e, com isso, como vimos, Searle (2002) está de acordo. Chomsky constrói alguns exemplos para ilustrar essa ideia, dentre os quais, o conhecido exemplo da palavra água que pode ser usada para nomear o líquido água ou, por exemplo, o chá que colhemos de uma caixa d’água na qual mergulhamos um saquinho de chá (Chomsky, 2000, p. 227). A partir daí, Chomsky descarta uma abordagem positivista, ou naturalística, da referência já que não há como haver uma relação nomológica, isto é, a possibilidade de ser tratar, de forma causal, a relação entre signos e coisas, já que dispomos da prerrogativa da liberdade do ponto de vista intencional¹⁶.

¹⁴ “Nós consideramos que os NP argumentos são NPs com algum tipo de ‘função referencial’”. (tradução nossa).

¹⁵ No entanto, como é sabido, esse critério falha quando se levam em conta as proposições, que não são referenciais já que designam eventos de vários tipos (e não entidades), mas ocupam posições nas quais um papel temático é atribuído.

¹⁶ Chomsky (2000) garante, enfim, que não precisamos mais do que de uma sintaxe e de uma pragmática; e a semântica formal que se discute é, na verdade, um tipo de sintaxe.

O campo da semântica contemporânea, nessa perspectiva, “(...) é mais amplo, porque a noção de ‘referência’, melhor seria dizer ‘extensão’, é mais abstrata do que a de *designata*” (Pires de Oliveira; Basso, 2007, p. 6). Nessa concepção, a relação entre os signos e as entidades do mundo se estabelece, na realidade, por meio da participação do falante, isto é, o conteúdo da intensão, associado a uma forma fonética, constitui uma entidade mental, participa de computações mentais, e apresenta propriedades que dependem da elaboração cognitiva do falante, podendo, enfim, através da intencionalidade, selecionar objetos no mundo; na medida em que essas propriedades, ou parte delas, são compartilhadas por outros falantes, e uma língua pública impõe restrições ou convenções a esse respeito, pode-se obter algum tipo de comunicação bem sucedida.

Como se vê, a tarefa da descrição do significado pensa o ato de referir-se em dependência com a intencionalidade e com uma instância mental que represente abstratamente nossa concepção de mundo.

Nessa visão, diremos que o papel temático é, na verdade, um rótulo que utilizamos para nos referirmos a como concebemos a participação do ser, ou de outra entidade, nas proposições. Vejamos um exemplo de como essa proposta pode ser implementada. Considerem-se os seguintes enunciados:

(18) a. *O ladrão* se escondeu atrás daquele prédio.

b. *O sol* se escondeu atrás daquele prédio.

(19) a. *Meu amigo* dormiu na rua¹⁷.

b. *Meu carro* dormiu na rua.

Em (18a) e (19a), atribuímos o papel temático de *agente* a *o ladrão* e a *meu amigo*, mas como classificar o papel de *o sol* e de *meu carro* em (18b) e (19b)? Não parece adequado considerar tratar-se de *causador*, como é comumente atribuído a “coisas inanimadas” ou fenômenos da natureza; o papel *ator* é, na realidade, assemelhado ao de *agente* sem que seja obrigatória a admissão de intenção; e dizer que é *tema* confirmaria o apelo a esse papel toda vez que temos alguma dificuldade de classificação. O que ocorre, de fato, nos eventos (18b) e (19b), pode ser descrito da seguinte maneira: “devido à rotação da terra, um prédio se interpôs entre minha visão e a luz do sol”; “meu carro ficou estacionado na rua e não na garagem durante a noite”. Assim, embora possamos ter consciência dos eventos aos quais os enunciados estão associados, optamos por nos referir a eles com o

¹⁷ O enunciado (19a) pode também, é claro, ser interpretado da seguinte maneira: “Meu amigo passou a noite fora de casa”.

emprego de verbos agentivos, isto é, *esconder-se* e *dormir*. Ora, essa escolha colabora para que, na realidade, concebamos os sujeitos desses enunciados como *agentes* ou, em outras palavras, ocorre um tipo de “personificação” de *o sol* e de *meu carro*, causado talvez por um processo metonímico¹⁸.

Essa análise poderia ser estendida a casos como (14) em que entidades abstratas, também “personificadas”, são concebidas como agentes.

É evidente que há interesse em distinguir casos como (18b) e (19b) de ocorrências como (3) em que, de fato, há um *agente* como prototipicamente entendido. Nada impede, portanto, que a descrição da interpretação dos argumentos avance e precise das propriedades semânticas, que podem ser descritas por meio de traços como [+/- animado], [+/- intenção] etc., que distinguem os vários casos.

Essa proposta assemelha-se à de Dowty (1991) para quem o papel temático é também um rótulo que designa um conjunto de propriedades prototípicas de maneira que um argumento pode, por exemplo, atender apenas a parte dessas propriedades e, mesmo assim, ser classificado pelo mesmo papel atribuído a um argumento que atende a todas as propriedades. Observe-se a proposta do autor para o papel que ele chama de *proto-papel agente* (Dowty, 1991, p. 572):

(20) “Properties of the Agent Proto-Role¹⁹:

- a. volitional involvement in the event or state.
- b. sentience (and/or perception).
- c. causing an event or change of state in another participant.
- d. movement (relative to the position of another participant).”

Esse tipo de procedimento é útil, por exemplo, em casos como (16) em que parece haver uma gradação de “afetação” e, mesmo assim, pode ser válido manter o papel de *paciente* ou o *proto-papel paciente* como nomeia o autor.

¹⁸ Alguma base filológica pode ser desenvolvida em relação a essa análise se pensarmos, por exemplo, nas distinções categoriais de línguas indo-europeias, como algumas do grupo celta e do grupo eslavo, que concebem, ou conceberam, entidades como árvores e *astros* por meio do traço [+animado]; nesse caso, em volteios como *A árvore gerou belos frutos esse ano*, o sujeito é tomado como um agente (a despeito de não haver intencionalidade) (Gamkrelidze; Ivanov, 1995).

¹⁹ “(20) Propriedades do proto-papel Agente:
a. envolvimento volicional no evento ou estado.
b. sensibilidade (e/ou percepção).
c. causar um evento ou mudança de estado em outro participante.
d. movimento (relativo à posição de outro participante)” (tradução nossa).

O que estamos a defender, no entanto, vai além da proposta de Dowty (1991), – a qual, no nosso modo de ver, se mantém na visão realista e nos limites da contribuição do item léxico – porque, como vimos em relação a casos como (18b) e (19b), os falantes podem conceber um argumento como, por exemplo, *agente*, mesmo que esse argumento não implique a presença de propriedades como as listadas em (20)

Parece claro, assim, que a descrição do papel temático deve ser mais ampla e articulada conceitualmente e não devemos esperar que a simples atribuição de um rótulo, por meio de um papel temático determinado, esgote a descrição da interpretação da participação dos argumentos nos eventos. Esse rótulo deve, assim, ser tomado como um tipo de roteiro, de valor heurístico, que oriente a descrição completa do modo de participação dos argumentos nos eventos.

Tomar o papel temático na perspectiva que estamos defendendo torna esperado que, dependendo do contexto conceptual mais amplo que circunda o enunciado, um mesmo verbo pode contribuir para a atribuição de papéis temáticos diferentes.

É razoável pensar, assim, que a descrição cabal da interpretação da participação dos argumentos, por meio da noção de papel temático, deve ir além da abordagem do significado composicional do enunciado, o que também implica, como vimos em relação à diferença entre (15a) e (15b), que a determinação do papel não pode ser definida apenas por um item lexical.

A descrição do modo de participação dos argumentos pode, enfim, se beneficiar de uma abordagem que vá além das propriedades inerentes dos itens léxicos, o que favorece, como sugerimos, uma abordagem não realista dos papéis temáticos.

Considerações finais

Nossa discussão apontou certas dificuldades da teoria temática que podem ser resumidas da seguinte maneira: (1) inadequação descritiva, ou seja, a teoria não consegue descrever satisfatoriamente as ocorrências com as quais se ocupa; 2) não homogeneidade das análises para determinadas ocorrências.

Propomos que essas dificuldades se devem à concepção sobre a significação que subjaz as classificações de papéis temáticos propostas, ou seja, considera-se que o acesso aos referentes se faz por meio das intensões ou dos sentidos que reproduzem, de forma realista, propriedades dos referentes. Defendemos a concepção de que o rótulo do papel temático tenha apenas valor *heurístico*, servindo como um roteiro com vistas a uma descrição mais completa dos eventos que concebam as intensões ou os sentidos como

entidades mentais por meio das quais acessamos os referentes; e, além disso, que esses conteúdos mentais são, na realidade, modos de conceber e nomear os referentes sem que haja o compromisso de correspondência com suas propriedades supostamente “reais”.

A concepção defendida permite justificar a abdicação da necessidade de produzir uma lista “definitiva” de papéis temáticos associada, inerentemente, aos itens léxicos. Distanciamos-nos, assim, do Chomsky do modelo GB que estabelece o item léxico, ou no máximo, uma composição deles, como responsável pela determinação dos papéis temáticos e aproximamos-nos da visão de Jackendoff (1990), que aborda os papéis temáticos como resultantes de estruturas conceptuais associadas à interpretação dos enunciados.

Na perspectiva desse último, no entanto, permanece a visão de que as estruturas conceptuais, em paralelo com as estruturas sintáticas, com as quais está associada por meio de regras de projeção, sistematizam a interpretação por meio de categorias semânticas fundamentais extraídas da fatoração do significado dos itens léxicos.

Nossa visão dos fatos, porém, pretende que a descrição do significado dos enunciados, de maneira a definir os papéis temáticos envolvidos, depende do exame da contribuição de outros módulos mentais associados à competência pragmática, conjunto de crenças e conhecimento de mundo, ou seja, ao que hoje, na teoria gerativa, é associado ao sistema conceptual intencional (Chomsky, 2005). Nada avançamos, no entanto, em relação ao tipo de regras ou mecanismos necessários que estabeleçam a projeção desses conteúdos em posições da estrutura sintática.

Assumir que o tipo de papel temático é um rótulo que nomeia como concebemos a participação dos constituintes nos eventos não pode implicar, evidentemente, que abrimos mão de uma noção de adequação empírica dos rótulos propostos, o que nos levaria a um subjetivismo extremado. O papel temático, na sua condição de rótulo, aponta um roteiro de descrição dos eventos e da contribuição de seus participantes, com base no conjunto de significados da língua. Reunimo-nos, assim, à perspectiva holística de Quine (2003), comentada na seção 2.

São aspectos, no entanto, cujo desenvolvimento poderá esperar trabalhos futuros.

Referências

BONNET, Christian; WAGNER, Pierre. *L'âge d'or de l'empirisme logique*. Vienne-Berlin-Prague. 1929-1936. Paris: Gallimard, 2006.

CANÇADO, Márcia. Uma Aplicação da Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos: verbos psicológicos. *Revista do Gel*, n. especial, p. 93-125, 2002.

CARNAP, Rudolf. *Meaning and necessity*. Chicago: Chicago University Press, 1956.

CARNAP, Rudolf. *Der logische syntax der sprache*. Wien: Julius Springer, 1934.

CARNAP, Rudolf. Wahrheit und Bewährung (1936). In: STÖLTZNER, Michael; UEBEL, Thomas (orgs). *Wiener Kreis*. Texte zur wissenschaftlichen Weltauffassung von Rudolf Carnap, Otto Neurath, Moritz Schlick, Philipp Frank, Hans Hahn, Karl Menger, Edgar Zilsel und Gustav Bergmann. Hamburg, 2006, p. 459-475.

CHALMERS, David. *Qu'est-ce que c'est la science*. Paris : Decouverte, 1990.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. Dordrecht, Foris. 1981.

CHOMSKY, Noam. *New horizons in the study of language and mind*, Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

CHOMSKY, Noam. *Three factors in language design*: *Linguistic Inquiry*. v. 36, n. 1, 2005, p. 1-22.

COFFA, Alberto. Le Positivisme Logique, la Tradition Sémantique et l'A Priori. Doctrines et Controverses. In: SEBESTIK, Jan; SOULEZ, Antonia (Orgs.). *Le cercle de Vienne*. Paris: L'Harmattan, 2001.

DIXON, Robert. *A new approach to english grammar on semantic principles*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

DOWTY, David. Thematic roles and semantics. *Berkeley Linguistics Society*, v. 12, p. 340-350, 1986.

DOWTY, David. Thematic proto-roles and argument selection. *Language*, v. 67, p. 574-619, 1991.

FILLMORE, Charles. The case for Case. In: Bach, Emmon; Harms, Robert. (Eds.). *Universal in linguistic theory*. New York: Holt; Rinehart & Winston, 1968. p. 1-88.

FODOR, Jerry. *The language of thought*. New York: Thomas Crowell, 1975.

FOLEY, William; VAN VALIN, Robert. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GAMKRELIDZE, Thomas V.; IVANOV, Vyacheslav V. Ivanov. *Indo-european and the indo-europeans*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1995.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

GRUBER, Jeffrey. *Studies in lexical relations*. 1965. Dissertation (PhD). Cambridge, MIT.

JACKENDOFF, Ray. The status of thematic relations in linguistic theory. *Linguistic Inquiry*, v. 18, n. 3, p. 369-411, 1987.

JACKENDOFF, Ray. *Semantic structures*. Cambridge; Mass.: MIT Press, 1990.

MORAVCSIK, Julius. How do words get their meanings? In: *The Journal of Philosophy*, v. 78, n. 1, p. 5-24, 1981.

OUHALLA, Jamal. *Introducing transformational grammar: from rules to principles and parameters*. London: Routledge, 1994.

PERINI, Mário. *Describing verb valency: practical and theoretical issues*. Cham: Springer International Publishing, 2015.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato. A Semântica, a pragmática e os seus mistérios. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 5, n. 8, p. 1-30, 2007.

PYLYSHYN, Zenon. *Rules and representations: Chomsky and representational realism*. In: Conference presented on "The Chomskian Turn". Tel Aviv, 1988.

QUINE, Willard. *Du point de vue logique, neuf essays logico-philosophiques*. Paris: Vrin, 2003.

QUINE, Willard. Les deux dogmes de l'empirisme. In: JACOB, Pierre (Org.). *De Vienne à Cambridge*. Paris: Gallimard, 1980 [1951]. p. 93-121.

RADFORD, Andrew. *Transformacional grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

RAPOSO, Eduardo. *Teoria da Gramática: a Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

RAVIN, Yael. *Lexical semantic without thematic roles*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

SAEED, John. *Semantics*. Oxford: Blackwell, 2009.

SCHLICK, Moritz. *Allgemeine Erkenntnislehre*. Tradução de Christian Bonnet. *Théorie Générale de la Connaissance*. Paris: Gallimard, 2009 [1918].

SEARLE, John. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SORACE, Antonella. Gradients in auxiliary selection with intransitive verbs. *Language*, v. 76, n. 4, p. 859-890, 2000.

TARSKI, Alfred. *A concepção semântica da verdade*. Tradução de Celso Braidá. São Paulo: Editora Unesp, 2007 [1933], p. 157-201.

VAN FRASSEN, Bas. *A Imagem Científica*. São Paulo: Editorial UNESP, 2007 [1980].

